

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.403.482 - SP (2018/0308065-3)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADOR : NAYARA CRISPIM DA SILVA E OUTRO(S) - SP335584
AGRAVADO : JULIANA BEDUSCH TEIXEIRA DE OLIVEIRA
AGRAVADO : WALDEMAR AUGUSTO FERREIRA
AGRAVADO : NEUZA FERRAZ FERREIRA
AGRAVADO : MARIA MARGARIDA DE ALMEIDA SILVA
AGRAVADO : LUIZ SEGUNDO DE ALMEIDA
AGRAVADO : DOMINGOS SEREZINO
AGRAVADO : JERONIMO DA SILVA
AGRAVADO : IZABEL CARRASCO VENDITTI
AGRAVADO : IRACEMA VILAS BOAS DO NASCIMENTO
AGRAVADO : EROTIDES TEIXEIRA DE OLIVEIRA
AGRAVADO : DULCENEIA GONCALVES DE MELO
ADVOGADOS : JOCELITO CUSTÓDIO ZANELI - SP285419
CARLOS ALBERTO GOMES - SP150888

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela **São Paulo Previdência - SPPREV** de decisão que inadmitiu na origem seu recurso especial, manifestado com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 200):

AGRAVO DE INSTRUMENTO DIGITAL Decisão singular que determinou que os exequentes comprovassem ser associados da impetrante AIPOMESP e, mais, à época da impetração do mandado de segurança coletivo nº 0029622-82-2011 Decisão que não merece subsistir Basta que as autoras comprovem a condição de associadas da entidade impetrante, independentemente da época da filiação Demonstrativos de pagamento que comprovam a filiação dos agravantes junto à AIPOMESP Decisão reformada Recurso provido.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação ao art. 2º-A da Lei n.º 9.494/97. Sustenta, em resumo, que "a imposição da juntada da relação nominal dos afiliados existentes à época da propositura da ação, com a petição inicial, constante do art.2º-A, parágrafo único, da Lei Federal 9494/97, indica os limites subjetivos da relação jurídica processual, assim como futuros efeitos da coisa julgada que será formada. Ora, a pretensão de novos demandantes executar o título judicial

viola frontalmente a sistemática de estabilização subjetiva do processo desenhada pela lei, na medida em que amplia o pólo ativo da relação processual. Assim, não se mostra juridicamente possível a execução por associados diversos daqueles que já se encontram nesta condição, no momento da propositura da ação, sob pena de violação ao referido art. 2º-A, parágrafo único, da Lei Federal 9494/97, razão pela qual a decisão impugnada deve ser reformada." (fl. 229).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

O inconformismo não prospera.

Com efeito, entendeu a Corte de origem que (fl. 204):

[...] forçoso concluir que o decisum que concede a ordem pleiteada no mandado de segurança coletivo possui eficácia subjetiva ampla.

Por isso, para beneficiar-se da decisão proferida no mandado de segurança coletivo, basta que os autores comprovassem a condição de associados da entidade impetrante, independentemente da época da filiação, sendo certo que os autores comprovaram que são associados, conforme se verifica pelos demonstrativos de pagamentos apresentados (fls. 67/94).

Ao assim decidir, a Turma Julgadora deu à controvérsia solução que está em harmonia com a jurisprudência do STJ. Senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. LEGITIMIDADE ATIVA DA ASSOCIAÇÃO PARA EXECUÇÃO INDEPENDENTE DA AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DOS ASSOCIADOS E A LISTA DESTES JUNTADA À INICIAL QUANDO NA CONDIÇÃO DE SUBSTITUTA PROCESSUAL. VALIDADE DA SÚMULA 629 DO STF. A ORIENTAÇÃO RESULTANTE DO JULGAMENTO DO RE 573.232/SC, SUBMETIDO À SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL, ABRANGEU APENAS AS AÇÕES COLETIVAS ORDINÁRIAS E AS EXECUÇÕES ORIUNDAS DELAS, PARA AS QUAIS A EXIGÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DOS ASSOCIADOS DECORRE DO ART. 5º., XXI DA CF E NÃO AS DECORRENTES DAS AÇÕES MANDAMENTAIS COLETIVAS, PAUTADAS NO ART. 5º., LXX, B DA CARTA MAGNA. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A impetração de Mandado de Segurança coletivo por

entidade associativa não exige a obrigatoriedade de apresentação da lista dos filiados nem da autorização expressa deles; vez que tais exigências são aplicáveis somente às ações submetidas ao rito ordinário, ante a expressa previsão contida no art. 2o.-A da Lei 9.494/1997.

2. Assim, configurada hipótese de substituição processual, os efeitos da decisão proferida, em sede de Mandado de Segurança Coletivo, beneficia todos os associados, sendo irrelevante a data de associação ou a lista nominal.

3. Agravo Interno da UNIÃO a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.447.834/CE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 04/02/2019)

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator